

**SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina - Hospital Brigadeiro**

CNPJ nº 61.699.567/0024-89

**Nota de Administração**

Em complemento às demonstrações contábeis consolidadas da SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina, das quais são parte o Parecer do Conselho Fiscal da S.P.D.M., o parecer da Assembleia Geral dos Sócios, em cumprimento ao relatório das disposições legais e estatutárias previstas no artigo 25 inciso XIX, submetemos à apreciação de V.Sas. o Balanço Patrimonial encerrado em 31/12/2012 e as respectivas Demonstrações Contábeis do Hospital Brigadeiro, elaboradas na forma da Legislação vigente. A SPDM, da qual nossa Entidade faz parte, é uma Associação Civil sem fins lucrativos fundada em 26/06/1933 e tem, hoje, como principais objetivos desenvolver atividades assistenciais de natureza médico-hospitalar, diagnóstica e ambulatorial a todas as pessoas que delas necessitam, sem distinção de nacionalidade, cor, sexo ou religião; promover ações e prestar serviços de saúde, inclusive ao sistema único de saúde, e assistência social, gratuitamente ou não, de atenção às necessidades da criança, adolescente e da família; desenvolver o ensino e a pesquisa na área das ciências da saúde, apoiando a nível científico, bem como contribuindo para a qualificação profissional. A SPDM é uma empresa filantrópica, que busca a sustentabilidade econômica, social e ambiental. Sua

gestão é baseada no sistema de governança corporativa e na alta competência de seus colaboradores. Assim, a SPDM contribui de forma efetiva para a melhoria contínua dos serviços prestados pelo Sistema Único de Saúde. Para tanto, associa o método de gestão de qualidade, respaldado por equipes multiprofissionais, formadas por enfermeiros, fisioterapeutas, farmacêuticos, nutricionistas, fonaudiólogos, bioquímicos, psicólogos, tecnólogos, assistentes sociais e dentistas, entre outros. Atualmente a SPDM é constituída por hospitais e centros de assistência regularmente constituídos. Conforme estatuto, a SPDM é administrada pela Assembleia Geral, Conselho Administrativo, Conselho Deliberativo de Gestões Delegadas, Conselho Gestor do Hospital São Paulo e Conselho Fiscal. As unidades da SPDM estão distribuídas em 03 Superintendências e do Hospital São Paulo, ao PAIS (Programa de Atenção Integral à Saúde) e a das Instituições Afiliadas. Nossa unidade inclui as Instituições afiliadas da qual faz parte ainda: Hospital Brigadeiro, Hospital e Maternidade Dr. Odélio Láz Carreiro de Uberlândia e o Hospital Nove de Abril de Juruá, o Pronto Socorro Municipal Vila Maria Baixa,

as Políclínicas Municipais de Barueri, os Núcleos de Gestão Assistenciais Várzea do Carmo (NGAVC) e Santa Cruz (NGASC), o Centro de Saúde da Vila Maria (CSVM), o Centro Estadual de Análises Clínicas (CEAC) da Zona Leste, o Centro de Atenção Psicossocial do Itaquera (CAPS), Hospital da Microrregião Vila Maria Vila Guilherme (HMV), o Ambulatório Médico de Especialidades (AME) de São José dos Campos (AMESJC), o AME Maria Zélia São Paulo (AME MZ), o AME de Taboão da Serra (AMETABOÃO), o AME Pinheiro Vila Maria e o AME Mogi de Mogi das Cruzes, o Projeto Rede - Projeto de Inclusão Educacional e Social, o Centro de Reabilitação Lucy Montoro de S. J. Campos e a Maternidade Elza Campos Machado do Embu. Dentro dos seus objetivos, por ser Entidade Filantrópica da área da saúde, a SPDM, em conformidade ao estabelecido no inciso II do artigo 4º da Lei 12.101 de 27 de Novembro de 2009, tem por obrigação ofertar a população carente sem distinção de etnia, sexo, credo ou religião, a prestação de todos os seus serviços aos clientes do SUS no percentual mínimo de sessenta por cento, e comprovar, anualmente, a prestação dos serviços de que trata o inciso II, com base no somatório das internações realizadas e dos atendimentos ambulatoriais prestados. Colocamo-nos à disposição de V. Sas. para lhes prestar os esclarecimentos eventualmente necessários. São Paulo, 28 de Fevereiro de 2013.

**Prof. Dr. Rubens Belfort Mattos Jr.** - Presidente da S.P.D.M.  
**Prof. Dr. Ruben de Nacime Salomão Mansur**  
Superintendente das Instituições Afiliadas da S.P.D.M.

**Comparativo dos Balanços Patrimoniais em 31 de Dezembro - Valores em Reais**

ATIVO	2012	2011
<b>Ativo Circulante</b>	<b>21.689.329,23</b>	<b>10.720.277,07</b>
Caixa e Equivalentes de Caixa (nota 4.1)	1.571.583,68	1.515.003,36
Caixa	-	3.158,18
Bancos conta movimento	175.453,99	22.561,52
Aplicações Financeiras (nota 4.2)	1.396.129,69	1.489.284,15
<b>Clientes</b>	<b>14.708.772,06</b>	<b>1.955.870,60</b>
Sec. Saúde do Est. S. Paulo - H. Brigadeiro (nota 4.3)	-	1.955.870,60
Valores em Negociação	-	-
Contrato/Convênio (notas 4.1 a 6.3)	8.418.870,43	-
Provisão de Desp. Rescisão de Contrato (notas 4.1 a 6.3)	6.289.901,63	-
<b>Outros Créditos (nota 4.3)</b>	<b>446.771,21</b>	<b>314.594,86</b>
Adiantamentos a fornecedores	115.184,40	100.640,65
Antecipações salariais	1.267,99	-
Antecipação de férias	308.863,24	201.429,04
Outros créditos e adiantamentos	21.455,58	12.525,17
<b>Despesas Pagas Antecipadas</b>	<b>3.708,54</b>	<b>3.708,48</b>
Fornecedores de seguros e outros a vencer (nota 11)	3.708,54	3.708,48
<b>Estoque (nota 4.4)</b>	<b>4.958.493,74</b>	<b>6.931.099,28</b>
Hospital Brigadeiro	4.958.493,74	6.931.099,28
<b>Ativo não Circulante</b>	<b>6.150.378,22</b>	<b>6.415.843,95</b>
-Bens Móveis	6.150.378,22	6.415.843,95
Hospital Brigadeiro	6.150.378,22	6.415.843,95
Ajuste vida Util Econômica bens terceiros - H. Brigadeiro (1.283.148,10) (540.139,13)	-	-
<b>Total do Ativo</b>	<b>27.839.707,45</b>	<b>17.136.121,02</b>
<b>Contas de Compensação</b>	<b>10.342.492,58</b>	<b>11.594.411,81</b>
Operações c/Bens/Mercadorias-Terceiros	10.342.492,58	11.594.411,81
Mercadorias de terceiros	2.922.516,06	6.838.282,73
Bens recebidos	7.419.976,52	6.955.983,08
<b>Total das Compensações Ativas</b>	<b>10.342.492,58</b>	<b>11.594.411,81</b>

PASSIVO	2012	2011
<b>Passivo Circulante</b>	<b>21.684.329,23</b>	<b>13.290.416,50</b>
Fornecedores	3.742.342,15	3.669.461,90
Serviços de Terceiros P/Fiscal/Jurídica	1.010.463,21	945.201,21
Salários a pagar	3.072.592,03	2.622.313,21
Contribuições a recolher	728.880,82	666.232,49
Provisão de férias (notas 4.6 e 4.9)	4.321.137,65	2.960.916,78
Prov. de FGTS sobre férias (notas 4.6 e 4.9)	345.921,01	236.873,34
Prov. de despesa tributária (notas 4.6 e 4.9)	6.289.901,63	-
Impostos a recolher	1.171.105,80	967.534,29
Obrigações Tributárias	144.088,76	157.949,21
Empréstimo a funcionário Lei 10.820/03	14.577,60	6.765,05
Outras contas a pagar	823.548,57	1.057.863,78
Outras contas de terceiros	-	-
<b>Passivo não Circulante</b>	<b>6.155.378,22</b>	<b>6.437.934,83</b>
Provisão de Despesa Proc. Cíveis (nota 4.10)	5.000,00	22.090,88
Obrigs. - Bens Móveis de Proc. (nota 4.10)	1.153.826,32	6.955.983,08
Ajustes vida útil econômica - Bens Móveis de terceiros (nota 5)	(1.283.148,10)	(540.139,13)
<b>Total Passivo</b>	<b>27.839.707,45</b>	<b>19.728.351,33</b>
<b>Patrimônio Líquido (Nota 7)</b>	<b>-</b>	<b>(2.592.230,31)</b>
Resultado do Exercício Anterior (nota 7)	-	2.328.606,83
Resultado no período - Déficit (nota 4.13)	-	(4.920.837,14)
<b>Total do Passivo e do Patrim. Líquido</b>	<b>27.839.707,45</b>	<b>17.136.121,02</b>
<b>Contas de Compensação</b>	<b>10.342.492,58</b>	<b>11.594.411,81</b>
Operações c/Bens/Mercadorias-Terceiros	10.342.492,58	11.594.411,81
Mercadorias recebidas	2.922.516,06	6.838.282,73
Bens recebidos	7.419.976,52	6.955.983,08
<b>Total das Compensações Passivas</b>	<b>10.342.492,58</b>	<b>11.594.411,81</b>

**Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido**

Exercícios encerrados em 31 de Dezembro - Valores em Reais	Nota Superávit/(Déficit)	Total
Saldo em 31/12/2010	-	(2.328.606,83)
Incorp. ao Patrim. Social	-	-
Transf. de Patrimônio Aj. de Exec. Anter.	(2.328.606,83)	2.328.606,83
Superávit/(Déficit) do Exercício	4.13	4.920.837,14
<b>Saldo em 31/12/2011</b>	<b>(2.328.606,83)</b>	<b>4.920.837,14</b>
Incorp. ao Patrim. Social	-	-
Transf. de Patrimônio Res. de Exec. Anter.	4.920.837,14	(4.920.837,14)
Aj. de Exec. Anter. 4.13 e 7	(2.592.230,31)	-
Superávit/(Déficit) do Exercício	-	-
<b>Saldo em 31/12/2012</b>	<b>-</b>	<b>(2.592.230,31)</b>

**Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido**

trata da Estrutura Conceitual para a Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis, Resolução nº 1.376/11 (NBC TG 26), que trata da Apresentação das Demonstrações Contábeis, Deliberações da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e outras Normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) aplicáveis às Entidades sem Fins Lucrativos, e Resolução CFC nº 1.409/12 que aprova a ITG 2002 - Entidades sem Finalidade de Lucros a qual estabelece critérios e procedimentos específicos de avaliação, de reconhecimento das transações e variações patrimoniais, de estruturação das demonstrações contábeis e as informações mínimas a serem divulgadas em notas explicativas de entidade sem finalidade de lucros. 3.1. **Razão Social da Unidade: SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina - Hospital Brigadeiro.** 3.2. **Formalidade da Escrituração Contábil - Resolução 1.330/11 (NBC ITG 2000):** A Entidade mantém um sistema de escrituração uniforme dos seus atos e fatos administrativos, por meio de processo eletrônico. Os registros contábeis contêm o número de identificação dos lançamentos relacionados ao respectivo documento de origem externa ou interna ou, na sua falta, em elementos que comprovem ou evidenciem fatos e a produção de atos administrativos. As demonstrações contábeis, incluindo as notas explicativas, elaboradas por disposições legais e estatutárias, são transcritas no livro "Diário" da Entidade, e posteriormente registradas no Cartório de Registros de Pessoas Jurídicas. A documentação contábil da Entidade é composta por: livros, quadros, livros, papéis, recibos, recibos e outras peças, que apóiam ou compõem a escrituração contábil. A documentação contábil é hábil, revestida das características intrínsecas ou extrínsecas essenciais, definidas na legislação, na técnica-contábil ou acatadas pelos "usos e costumes". A Entidade mantém em boa ordem a documentação contábil. 4. **Principais Práticas Contábeis:** Face aos inúmeros conceitos aplicados quando da escrituração dos atos e fatos administrativos que deram origem aos Livros Diários, Razões e outros, divulgamos aqueles os quais julgamos mais relevantes conforme estabelece a resolução 1.409/12 (ITG 2002). 4.1. **Caixa e Equivalentes de Caixa:** Caixa e Equivalentes de Caixa: Conforme determina a Resolução do CFC nº 1.296/10 (NBC - TG 03) - Demonstração do Fluxo de Caixa e Resolução do CFC nº 1.376/11 (NBC TG 26) - Apresentação Demonstrações Contábeis, os valores a contabilizados neste subgrupo representam moeda em caixa e depósitos à vista em conta bancária, bem como recursos que possuem as mesmas características de liquidez de caixa e de disponibilidade imediata ou até 90 dias e, que estão sujeitos a insignificante risco de mudança de valor. 31.12.2012 31.12.2011 Caixa e Saldos em Bancos 175.453,99 25.719,70 Aplicação Financeira de Curto Prazo 1.396.129,69 1.489.284,15 Caixa e Equivalentes de Caixa 1.571.583,68 1.515.003,36 4.2. **Ativos:** Contas a Receber: Ativos: Contas a receber adotada pelo regime de competência para registro das mutações patrimoniais. Conforme resolução 1.409/12 (que aprovou a ITG 2002) a Entidade passou a constituir provisionamentos e outros valores a receber referentes às execuções de seus contratos de gestão, convênios e outros tipos de Assitências Governamentais para que quando do reconhecimento do resultado, não traga desequilíbrio entre o recebimento e a despesa provisionada. 4.3. **Estoque:** Os estoques foram avaliados pelo custo médio de aquisição. Os valores de estoques contabilizados não excedem os valores de mercado e referem-se aos produtos e materiais médico-hospitalares, de conservação e consumo, higiene, lavanderia, gêneros alimentícios e outros. O custo de aquisição de estoque é determinado de acordo com a demonstração abaixo, o valor total escriturado em estoques no exercício de 2012 é de R\$ 4.958.493,74 A provisão para desvalorização dos estoques é constituída, quando necessário, com base na análise dos esto-

**Comparativo das Demonstrações de Resultados dos Períodos Exercícios encerrados em 31 de Dezembro - Valores em Reais**

Receitas	2012	2011
<b>Rec. Oper. com Restrições - Hospital Brigadeiro</b>	<b>103.496.514,35</b>	<b>90.275.870,60</b>
Rec. Oper. c/Rest. de Serv. c/Restr.	-	-
Secr. Saúde do Est. S. Paulo	-	-
Hospital Brigadeiro (nota 6.1)	103.490.386,45	90.275.870,60
Outras Receitas	6.127,90	-
(-) Rec. Liq. de Serv. Prest. c/Restr.	<b>103.496.514,35</b>	<b>90.275.870,60</b>
<b>Outras Receitas com Restrições</b>	<b>17.274.618,54</b>	<b>14.434.108,48</b>
Rec. Oper. c/Rest. de Serv. c/Restr.	17.274.618,54	14.434.108,48
Descontos Recebidos	6.344,43	629.017,83
Doações Recebidas (Nota 6.2)	565,82	310,83
Despesas Anuladas - Ingresso Anterior	-	23.707,70
Outras Receitas	-	-
Isenção usufruída - INSS	-	-
Serv. Próprios (nota 9 a)	13.509.987,36	10.066.546,59
Isenção usufruída - INSS	-	-
Serv. Terceiros (nota 9 b)	541.690,78	510.462,56
Isenção usufruída - COFINS (nota 9 c)	2.937.665,39	2.649.600,00
(-) Receita Líquida com Restrições	<b>120.771.132,89</b>	<b>104.709.979,08</b>
(+) Custos, Liq. Rec. Prest. c/Restrição	<b>73.895.122,96</b>	<b>69.035.215,75</b>
(-) Serviços - Terceiros Próprios	56.848.924,65	42.797.543,95
(-) Serviços - Terceiros P/Fiscal/Jurídica	16.699.351,33	15.993.360,54
(-) Manutenção e Conservação	-	-
(-) Gastos gerais	346.846,08	244.302,26
(-) Superávit/Déficit Bruto c/Restrição	<b>46.876.010,83</b>	<b>45.674.763,33</b>
(-) Despesas Operacionais c/Restrição	<b>29.759.586,25</b>	<b>37.334.317,92</b>
(-) Manutenção e Conservação	-	-
(-) Mercadorias	29.622.644,54	37.190.920,72
(-) Perdas estim. em Créd. de Liq. Duvidosa	-	-
(-) Financeiras	176.788,71	143.397,20
(-) Outras Despesas	153,00	-
(-) Depreciação/Amortização	-	-
(-) Outras Despesas com Restrição	<b>17.076.424,58</b>	<b>13.261.284,55</b>
(-) Receitas anuladas do exercício anterior	-	7.220,47
(-) Despesas do exercício anterior	87.081,05	27.454,93
(-) Ganhos e perdas de capital	-	-
(-) Isenção usufruída - INSS	-	-
Serv. Próprios (nota 9 a)	13.509.987,36	10.066.546,59
(-) Isenção usufruída - INSS	-	-
Serv. Terceiros (nota 9 b)	541.690,78	510.462,56
(-) Isenção usufruída - COFINS (nota 9 c)	2.937.665,39	2.649.600,00
(-) Superávit/Déficit do Exercício com Restrição	<b>29.114.586,25</b>	<b>6.940.480,00</b>
<b>Restrição Hospital Brigadeiro</b>	<b>-</b>	<b>(4.920.837,14)</b>

**Demonstrações dos Fluxos de Caixa**

Exercícios encerrados em 31 de Dezembro - Valores em Reais	2012	2011
--	------	------

**Fluxos de caixa das atividades operacionais** 2012 2011  
Resultados do exercício/período (4.920.837,14)  
Ajustes p/ conciliar o resultado das disponibilidades geradas pelas atividades operacionais  
Depreciação e amortização  
Resultado na venda de ativos permanentes  
Ajuste nas contas patrimoniais 2.592.230,31  
Recuperação de perdas e dividendos de subsidiárias  
**Variações nos ativos e passivos**  
(Aumento) Redução em contas a receber (12.885.077,87) (2.192.229,03)  
(Aumento) Redução em estoques 1.972.300,54 1.813.365,26  
Aumento (Redução) em fornecedores 197.252,54 500.899,94  
Aum. (Red.) em contas a pagar e provisões 8.179.874,31 3.542.640,28  
Aumento (Redução) em  
imposto de renda e contribuição social  
Aumento (Redução) de Bens de Terceiros (265.465,73) 4.487.100,49  
Disponibilidades líquidas geradas pelas (aplicadas nas) atividades operacionais (208.885,90) 2.202.939,80  
**Fluxos de caixa das atividades de investimentos**  
(-) Compra de imobilizado  
(+) Adição de Bens de Terceiros 265.465,73 (4.487.100,49)  
(-) Aquisição de bens intangíveis  
(-) Adição de ações/quotas  
Recebimentos por vendas de ativos permanentes  
Disponibilidades líquidas geradas pelas (aplicadas nas) atividades de investimentos 265.465,73 (4.487.100,49)  
**Fluxos de caixa das atividades de financiamento**  
Disponibilidades líquidas geradas pelas (aplicadas nas) atividades de financiamentos  
Aumento (Redução) nas disponibilidades 56.579,83 (2.284.160,69)  
No início do período 1.571.583,68 3.799.463,54  
**No final do período** 1.571.583,68 1.515.003,35

**Demonstração do Valor Adicionado**

Exercícios encerrados em 31 de Dezembro - Valores em Reais	2012	2011
<b>1 - Receitas</b>	<b>120.492.768,13</b>	<b>104.148.295,62</b>
1.1) Prestação de serviços	103.490.386,45	90.275.870,60
1.2) Subvenções e outras receitas operacionais	6.127,90	-
1.3) Outras Rec. (-) Rec. Anuladas do Exerc.	6.910,25	645.819,87
1.4) Isenção usufruída sobre contribuições	16.989.343,53	13.226.605,15
<b>2 - Insumos Adquiridos de Terceiros (inclui ICMS e IPI)</b>	<b>45.625.744,77</b>	<b>52.507.312,86</b>
2.1) Matérias-primas consumidas	1.745,00	-
2.2) Custo das merc. utiliz. nas prestaç.	29.620.699,54	37.190.920,72
2.3) Serviço de terceiros e outros	16.003.100,23	15.316.392,14
2.4) Perda/Recuperação de valores ativos	-	-
<b>3 - Valor Adicionado Bruto (1-2)</b>	<b>74.867.023,36</b>	<b>51.640.982,76</b>
<b>4 - Retenções</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
4.1) Depreciação, amortização e exaustão	-	-
<b>5 - Valor Adicionado Líquido</b>	<b>74.867.023,36</b>	<b>51.640.982,76</b>
<b>6 - Valor Adic. Recebido em Transferência</b>	<b>273.364,76</b>	<b>554.462,99</b>
6.1) Resultado de equivalência patrimonial	-	-
6.2) Receitas financeiras	273.364,76	554.462,99
<b>7 - Valor Adicionado Total (5+6)</b>	<b>75.140.388,12</b>	<b>52.195.445,75</b>
<b>8 - Diferencial do Valor Adicionado</b>	<b>75.145.388,12</b>	<b>52.195.445,75</b>
8.1) Pessoal e encargos	56.848.924,65	42.797.543,95
8.2) Impostos, taxas e contribuições	346.846,08	24.856,48
8.3) Juros	264.022,76	390.304,91
8.4) Aluguéis	696.251,10	676.968,40
8.5) Isenção usufruída sobre contribuições	16.989.343,53	13.226.605,15
8.6) Lucros retidos /prejuízo do exercício	(4.920.837,14)	(4.920.837,14)

1. **Contexto Operacional:** A Entidade, SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina - Hospital Brigadeiro é uma Associação civil sem fins lucrativos, de natureza filantrópica, reconhecida de utilidade pública federal, estadual e municipal, respectivamente pelos decretos nºs 57.925, de 04/03/1966, 40.103 de 17/05/1962 e 8.911, de 30/07/1970. A diretriz operacional de nossa Instituição é sua inserção no sistema de saúde direcionada ao tratamento e à prevenção de doenças e à promoção da saúde primária, secundária e terciária, estreitando laços com a comunidade local e reafirmando seu compromisso social de atender a todos, sem discriminação. 2. **Imunidade Tributária:** A SPDM encontra-se no conceito de imunidade tributária disposta no art. 150, inciso VI alínea "C" e seu § 4º e artigo 159, § 7º da Constituição Federal, de 05 de outubro de 1988. 2.1. **Requisitos para Imunidade Tributária:** Conforme determina o inciso III do art. 150 da Constituição Federal, somente ela tem o condão de regulamentar matéria relativa à imunidade tributária, estabelecer requisitos necessários ao gozo da referida benesse, os quais se encontram devidamente dispostos no artigo 14 do Código Tributário Nacional. Do mesmo modo, o cumprimento de tais requisitos está previsto no Estatuto Social da entidade e no cumprimento da sua escrituração contábil (Demonstrações Contábeis, Diário e Razão), o qual transcrevemos: a) não distribuem qualquer parcela de seu patrimônio ou de suas rendas, a qualquer título (art.5º do Estatuto Social); b) aplicam integralmente, no País, os seus recursos na manutenção dos seus objetivos institucionais (art. 5º do Estatuto Social); c) mantêm a escrituração de suas receitas e despesas em livros revestidos de formalidades capazes de assegurar sua exatidão os quais elaborados pelo Conselho Administrativo (art. 25 XIX e art. 56 § único), são submetidos à aprovação pelo Conselho Fiscal (art. 46 I) e Assembleia Geral dos Associados (art. 19 V do Estatuto Social). 2.2. **Isenção Tributária e Característica da Isenção:** A SPDM também se enquadra no conceito de imunidade das Contribuições Sociais, nos termos da lei, por constituir-se em instituição privada, sem fins lucrativos e econômicos, que atua na área da saúde, conforme previsto nos artigos 12 e 15 da Lei nº 9.532/97, combinados com o artigo 10 da Lei nº 12.101/09, regulamentada pelo Decreto nº 7.237/10, reconhecida como Entidade Beneficente de Assistência Social (art. 17, apresentando as seguintes características: a) a Instituição é regida por legislação infraconstitucional; b) a isenção pode ser revogada a qualquer tempo, no caso do descumprimento das situações previstas em Lei (contra-partida); c) existe o fato gerador (n



**Continuidade**

Valores em Reais	
Tipo	31/12/2012 31/12/2011
Materiais utilizados no setor de Nutrição	50.372,78 67.193,21
Materiais utilizados no setor de Farmácia	2.291.860,73 3.174.362,02
Materiais de Almoarifado	2.584.700,54 3.678.914,22
Empréstimos a Terceiros	31.559,69 10.629,83
<b>Total</b>	<b>4.958.493,74 6.931.099,28</b>

**4.5. Prazos:** Os ativos realizáveis e os passivos exigíveis até o encerramento do exercício seguinte são classificados como circulantes. **4.6. Provisão de Férias e Encargos:** Foram provisionados com base nos direitos adquiridos pelos empregados até a data do balanço. **4.7. Provisão de 13º Salário e Encargos:** Foram provisionadas com base nos direitos adquiridos pelos empregados e baixados conforme o pagamento até a data do balanço. **4.8. Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa:** A provisão para crédito de liquidação duvidosa é calculada com base nas perdas avaliadas como prováveis, cujo montante é considerado suficiente para cobrir perdas na realização. **4.9. Estimativas Contábeis:** A elaboração das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração use de julgamento na determinação e no registro de determinados valores que sejam registrados por estimativa, as quais são estabelecidas com o uso de premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. Itens significativos registrados com base em estimativas contábeis incluem as provisões para ajuste dos ativos ao valor de realização ou recuperação, as provisões para indenizações e provisões para perdas em geral. No caso da Provisão de Férias e Encargos, os mesmos foram provisionados com base nos direitos adquiridos pelos empregados até a data do balanço. A liquidação das transações registradas com base em estimativas poderá resultar em valores divergentes devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Administração da Entidade revisa periodicamente as estimativas e premissas. **4.10. Contingências:** Os conceitos aplicados para fins de constituição de Contingências além dos conceitos estabelecidos para classificação dos processos de ações em "provável", "possível" e "remota", no que se refere ao ponto de vista contábil, se encontram em conformidade com o estabelecido na Resolução CFC nº 1.180/09 que aprova a NBC TG 25 e Deliberação CVM nº 594, de 15 de Setembro de 2009 que aprova o CPC 25. Para tanto, os eventos são caracterizados em situações nas quais, como resultado de eventos passados, pode haver uma saída de recursos envolvendo benefícios econômicos futuros na liquidação de: (a) obrigação presente (provável); ou (b) obrigação possível cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob controle da entidade (remota). Para eventos onde a classificação é provável há uma obrigação presente que provavelmente requer uma saída de recursos e neste caso a provisão é constituída ou reconhecida contabilmente. Para eventos de classificação possível há obrigação possível ou presente que pode, mas provavelmente não irá, requerer uma saída de recursos. Neste caso, nenhuma provisão é constituída ou reconhecida e a divulgação é exigida para o passivo contingente. Caso seja remota, há obrigação possível ou obrigação presente cuja probabilidade de uma saída de recursos é remota. Em virtude da característica de prestadora de serviços na área hospitalar, as unidades da SPDM por vezes são acionadas em ações civis. Tais ações têm por origem, independente do mérito, tanto casos de supostos erros médicos, indenizatórios, quanto processos administrativos e cobranças propostas por fornecedores. Para processos onde a possibilidade de perda em 31/12/2012 era tida como provável, foi constituída a provisão nas contas de passivo. O montante para o mesmo tipo de ação civil, onde a possibilidade de perda era tida como "possível", o valor apurado foi de R\$ 5.000,00. Ainda, no exercício de suas atividades de prestadora de serviços, em 2.012, a SPDM acumulou passivos resultantes de reclamações trabalhistas. Aquelas cuja probabilidade de perda era tida como "provável" se encontram devidamente provisionadas no balanço (Passivo) na rubrica de Contingências Trabalhistas. Com relação às execuções tributárias cuja probabilidade de perda era tida como "provável" os valores se encontram provisionados em contas do passivo. Para ações fiscais cuja probabilidade de perda era tida como "possível" o montante chegou a R\$ 0,00. Este tipo de execução ocorre em sua grande parte face ao caráter filantrópico da Instituição, o que lhe garante a imunidade tributária nos termos do artigo 150, inciso VI, alínea "c" da Constituição Federal (nota explicativa 2).

Valores em Reais	
Tipo	31/12/2012 31/12/2011
Cíveis	5.000,00 22.090,88
<b>Total</b>	<b>5.000,00 22.090,88</b>

**4.11. Outros Ativos e Passivos:** Correspondem a valores a receber e/ou a pagar, registrados pelo valor da realização e/ou exigibilidade na data do balanço, sendo que, na sua grande maioria, estes valores encontram-se acrescidos de encargos contratuais e juros. Os valores referentes a passivos com fornecedores encontram-se com valor histórico, com exceção feita a aqueles que resultam de demandas judiciais cujo valor encontra-se conforme decisão judicial. **4.12. Ajustes de Exercícios Anteriores:** Para ajuste de ativos e outras dívidas de exercícios anteriores tendo em vista tratar-se de pendências de exercícios anteriores, foi realizado no exercício de 2012, um ajuste direto na conta de patrimônio no montante de R\$ 26.059,33. **4.13. Apuração do Resultado:** O resultado do exercício é apurado segundo o Regime de Competência. As receitas de prestação de serviços são mensuradas pelo valor justo (acordado em contrato - valores recebidos ou a receber) e reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos futuros fluam para a entidade e assim possam ser confiavelmente mensurados, respeitando-se o estabelecido na NBC TG 07 no que se refere ao reconhecimento de receitas de assistências governamentais. Os rendimentos e encargos incidentes sobre os Ativos e Passivos e suas realizações estão reconhecidas no resultado. **4.14. Mudança de Política Contábil:** A SPDM, visando ao atendimento a Resolução 1.305/10 que aprovou a NBC TG 07 referente a Subvenção Governamental e Outras Assistências Governamentais, através de sua administração efetuou a mudança de política contábil prospectiva. Esta mudança refere-se ao reconhecimento de suas receitas ao longo do período confrontada com as despesas que pretende compensar, em base sistêmica. Esta mudança tem previsão na resolução 1.179/09 (NBC TG 23) - Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativas e Retificação de erro, onde tem como objetivo melhorar

a relevância e a confiabilidade das demonstrações contábeis da entidade, bem como permitir sua comparabilidade ao longo do tempo com as demonstrações contábeis de outras entidades. **5. Imobilizado:** O imobilizado de uso da SPDM é composto por bens próprios e bens de terceiros os quais tiveram seus valores reclassificados para atender a legislação atual. Os bens de terceiros são fruto de aquisição realizada com recursos de contratos de gestão ou convênios para os quais possuímos documentos de cessão de uso.

Demonstrativo da movimentação de Bens do Ativo Imobilizado em 2012		Posição em 31/12/2011	Aquisição	Baixa	Posição em 31/12/2012
<b>Imobilizado</b>	<b>6.955.983,08</b>	<b>477.543,24</b>		-	<b>7.433.526,32</b>
<b>Bens Móveis</b>	<b>6.955.983,08</b>	<b>477.543,24</b>		-	<b>7.433.526,32</b>

Apar. Equip. Utens. Med. Odont. Lab. 4.767.115,11 227.425,41 - 4.994.540,52  
Equip Process. de Dados 94.437,00 2.690,00 - 97.127,00  
Mobiliário em Geral 956.412,52 103.720,62 - 1.060.133,14  
Maq. Utens. e Equip. Div. 1.033.155,49 121.348,21 - 1.154.503,70  
Apar. e Equip. Comunicação 3.450,00 - - 3.450,00  
Apar. Utens. Domésticos 18.662,96 15.599,00 - 34.261,96  
Equip p/Audio Vídeo e Foto 82.750,00 6.760,00 - 89.510,00  
**Total Imobiliz.-Terceiros 6.955.983,08 477.543,24 - 7.433.526,32**

Tx. anuais		Total
Número de Consultas Ambulatório *		
Número de Consultas PA		121.981
Hospital Dia / Cirurgia Ambulatorial		22.232
SADT **		19,86
<b>SADT **</b>		<b>672.273</b>
Número de Internações		6.987
Pacientes-dia		4 4.313
Medicamentos Distribuídos		516.811

**9. Contribuições Sociais:** Por atender aos requisitos estabelecidos no artigo 29 da Lei 12.101 de 27/11/2009 e à portaria 1.970 de 16/08/2011 do Ministro da Saúde, a Instituição encontra-se certificada junto ao CE-BAS SAÚDE conforme processo nº 25000.055160/2010-05 fazendo jus ao direito de usufruir da isenção do pagamento da Cota Patronal das Contribuições Sociais. Os montantes das isenções usufruídas durante o ano exercício se encontram registrados em contas específicas de receitas e totalizam: a) A isenção da Contribuição Previdenciária Patronal sobre a folha de pagamento de empregados usufruída pela condição de filantrópica no ano exercício de 2012, a qual se encontra registrada em conta específica monta em R\$ 13.509.987,36 Em 2011 o referido valor que também se encontra registrado em conta específica de receita totalizou R\$ 10.066.546,59. b) A mesma isenção da Contribuição Previdenciária Patronal, agora sobre a folha de pagamento por Serviços de Terceiros, a qual se encontra registrada em conta específica de receitas, no exercício de 2012 atingiu um montante de R\$ 541.690,78. Em 2011 o referido valor que também se encontra registrado em conta específica de receita totalizou R\$ 510.462,56. c) Com relação à isenção da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) motivada pela isenção usufruída devido à filantropia, conforme classificação em conta específica o montante no exercício foi de R\$ 2.937.665,39. Tomando-se por base os recursos recebidos em 2011, esse montante foi de R\$ 1.568.771,61. **10. Ajuste a Valor Presente (Resolução do CFC nº 1.151/09 NBC TG 12):** Em cumprimento a Resolução 1.151/09 (NBC TG 12) e a Lei 11.638/07 a Entidade não efetuou o ajuste de valor presente das contas de Ativos e Passivos Circulantes (saldo de curto prazo), pois a sua Administração entendeu que tais fatos não representam efeitos relevantes. Ainda em atendimento as legislações supracitadas a Entidade deve efetuar o Ajuste Valor Presente (AVP) em todos os elementos integrantes do ativo e passivo, quando decorrentes de operações de longo prazo. O valor presente representa direito ou obrigação descontadas as taxas, possivelmente de mercado, implícitas em seu valor original, buscando-se registrar essas taxas como despesas ou receitas financeiras. A Administração entendeu que não foi necessário efetuar o Ajuste a Valor Presente, pois essas rubricas (elementos dos ativos e passivos não circulantes) não se enquadram nos critérios de aplicação e mensuração da Resolução 1.151/09, que aprova NBC TG 12, onde descreveremos a seguir as seguintes situações que devem ser atendidas para obrigatoriedade do cumprimento desta Norma: \* Todas as transações que dão origem aos ativos ou passivos, receitas ou despesas e, ainda, mutações do patrimônio líquido que tenham como contrapartida um ativo ou passivo com liquidação financeira (a pagar ou a receber) que possam data de realização diferente da data do seu reconhecimento; \* As operações que, em sua essência, representem uma saída de valores como financiamento, tendo como contrapartida clientes, empregados, fornecedor, entre outros. Essa situação deve-se ao fato de que o valor presente da operação pode ser inferior ao saldo devido o que, em caso de dúvida, deve ser regido pela resolução 1.187/09 que aprova NBC TG 30, que trata de receitas; e • Operações contratadas, ou até mesmo estimadas, que gerem ativos ou passivos devem ser reconhecidas por seu valor presente. **11. Seguros:** Para atender medidas preventivas adotadas permanentemente, a Entidade efetua contratação de seguros em valor considerado suficiente para cobertura de eventuais sinistros, e assim atendendo principalmente o Princípio de Contábil de Continuidade. Os valores segurados são definidos pelos Administradores da Entidade em função do valor de mercado ou do valor do bem novo, conforme o caso. **12. Exercício Social:** Conforme estabelece o art. 56 do Estatuto Social da Instituição, o exercício social coincide com o ano civil, iniciando-se em 1º de janeiro e encerrando-se em 31 de dezembro de cada ano. **13. Trabalho Voluntário:** Conforme Resolução CFC nº 1.409/12 que aprovou a ITG 2002 item 19, a Entidade reconhece pelo valor justo a prestação do serviço não remunerado do voluntariado, que é composto essencialmente por pessoas que dedicam o seu tempo e talento uma importante participação em várias ações realizadas pela entidade. O custo desse serviço em 2012 rateado entre as filiais da SPDM corresponde para esta unidade em R\$ 12.160,74.

**Total dos Ajustes Acumulados (540.139,13) 57,82 (743.066,79) (1.283.148,10)** - Segundo o inciso II do § 3º do art. 183 da Lei nº 6.404/76, acrescentado pela Lei nº 11.638/07, e Lei 11.941/09, "A companhia deverá efetuar, periodicamente, análise sobre a recuperação dos valores registrados no imobilizado e no intangível, revisar e ajustar os critérios utilizados para determinação da vida útil-econômica estimada e para cálculo da depreciação, exaustão e amortização". **6. Origem e Aplicação dos Recursos:** As receitas, inclusive as doações, Assistências Governamentais, contribuições, bem como as despesas, são registradas pelo regime de competência. As receitas da Entidade são apuradas através dos comprovantes de recebimento, entre eles, avisos bancários, recibos e outros, como também suas despesas são apuradas através de Notas Fiscais e Recibos, em conformidade com as exigências legais-fiscais. **6.1. Das Receitas Operacionais:** Os valores recebidos diretamente pela Entidade através da Secretaria Estadual da Saúde de São Paulo representaram em 2012, 100,00% do total das receitas operacionais. **6.2. Doações:** Eventualmente a entidade recebe doações tanto de pessoas físicas e quanto de pessoas jurídicas as quais utiliza no desenvolvimento de suas atividades. Durante o exercício de 2012 a Instituição recebeu em doações um total de R\$ 565,82, enquanto que em 2011 foi de R\$ 310,83. **6.3. Contratos de Gestão, Assistências Governamentais e Outros Tipos de Convênios Públicos (Resolução CFC 1.305/10):** São recursos financeiros provenientes de contratos de gestão, convênios ou outros instrumentos firmados com órgãos governamentais, e que tem como objetivo principal operacionalizar projetos e atividades pré-determinadas. Periodicamente, a Entidade presta conta de todo o fluxo financeiro e operacional aos órgãos competentes, ficando também toda documentação a disposição para qualquer fiscalização. Os convênios firmados estão de acordo com o estatuto social da Entidade e as despesas de acordo com suas finalidades. A Entidade para a contabilização de todos seus tipos de Assistências Governamentais atende à Resolução CFC Nº 1.305/10 na qual uma Assistência governamental deve ser reconhecida como receita ao longo do período e confrontada com as despesas que pretende compensar, em base sistêmica, desde que atendidas às condições da Norma. Todos os tipos de Assistência Governamental não podem ser creditadas diretamente no patrimônio líquido. Enquanto não atendidos os requisitos para reconhecimento da receita na demonstração do resultado, a contrapartida da Assistência governamental registrada no ativo é feita em conta específica do passivo. No exercício de 2012, a Associação recebeu de Assistências Governamentais descritas conforme abaixo:

CNPJ nº 61.699.567/0024-89		
Convênios/Contratos		R\$
Contrato 001.0500.000.155/2011		99.593.557,60
<b>7. Patrimônio Líquido:</b> O Patrimônio Líquido atualmente não apresenta valores em virtude da aplicação do que estabelecem as resoluções CFC 1409/12 (item11) e 1305/10 (itens 12 e 15 A) que enquanto não atendidos os requisitos para reconhecimento no resultado, a contrapartida da Assistência Governamental, de contribuição para custeio e investimento deve ser em conta específica do passivo, de forma que o resultado será sempre zero. Conforme apurado na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, descrito nas notas explicativas 4.12, 4.13, 7.3, a SPDM procedeu a ajustes necessários para se adequar ao que estabelecem as Resoluções 1305/10 e 1409/12, no que se refere ao reconhecimento dos recursos com restrição originários de contratos de gestão, convênios públicos e outros tipos de Assistência Governamental. Tais ajustes que equilibraram o patrimônio para que o mesmo apresentasse resultado zero na rubrica de resultados de exercícios anteriores foram da ordem de R\$ 2.566.170,98. <b>8. Das Disposições da Lei 12.101 e Portaria 1.970 MS:</b> Por ser Entidade Filian-		

**Relatório de Execução do Contrato de Gestão 2012 - Produção Assistencial**

Linhas de Contratação	Contratado 2012	Realizado 2012	Linhas de Contratação	Contratado 2012	Realizado 2012	Resultado Contábil	Receitas 2012	Despesas 2012
Internação	5.745	6.997	Urgência/Emergência	23.400	22.232			
Hospital-Dia	1.600	1.986	SADT Externo	1.910	2.793		120.771.132,89	120.771.132,89
Ambulatório	112.870	121.981	<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>-</b>			

**Ata da 15ª Reunião do Conselho Deliberativo de Gestões Delegadas da SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina**  
Data, Horário e Local: Ao 22º dia do mês de abril de dois mil e treze, às 09h00min, na sala de reuniões localizada no 4º andar do edifício situado à Rua Doutor Diogo de Faria, 1.036 - Vila Clementino - SP, reuniram-se os senhores membros do Conselho Deliberativo de Gestões Delegadas da SPDM e convidados, abaixo indicados. **Presenças:** Profª Dra. Ana Luísa Höfling-Lima, Prof. Dr. Ramiro Anthero de Azevedo, Prof. Dr. Artur Beltrame regularmente convocados, sob a Presidência do Prof. Dr. Rubens Belfort Mattos Jr. **Ausências justificadas:** Padre Antônio Luiz Marchioni ("Padre Tição"), Profª Drª Maria Inês Dolci, Prof. Dr. Paulo Bandeira Paiva, Dr. Flávio Bitelman e Dr. Hercílio Ramos. **Convidados: Superintendentes:** Profs. Drs. Carlos Alberto Garcia Oliveira, Mário Silva Monteiro e Nacime Salomão Mansur. O Senhor Presidente deu início à reunião, agradecendo a presença de todos, fez a leitura da ata da reunião anterior 08/04/2013 tendo sido aprovada por unanimidade, após breves comentários sobre assuntos gerais da SPDM, deu início aos trabalhos, relembrando que os assuntos já foram aprovados *ad referendum* pelo Conselho Ad-

**Parecer da Assembléia Geral dos Associados da SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina:** A Assembleia Geral dos Associados da SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina, no exercício de suas funções legais e estatutárias (artigo 19 inciso V), realizada nesta data, examinou o Relatório Anual da Administração e as Demonstrações Contábeis, compreendendo: Balanço Patrimonial, Demonstrações do Superávit, Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido, Notas Explicativas e Relatório dos Auditores Independentes da Audisa Auditores Associados, relativos ao exercício encerrado em 31.12.2012 Consolidado da SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina, de sua matriz, Hospital São Paulo e de suas Instituições Filiadas Hospital Vila Maria (HVM), Hospital Geral do Pirajussara (HGP), Hospital Estadual de Diadema (HED), Hospital de Salto (HS), Hospital de Clínicas Lúzia de Pinho Melo (HCLPM), Hospital Municipal Dr. José

**Parecer do Conselho Fiscal**  
Ilmo. Sr. Prof. Dr. Rubens Belfort Mattos Jr. Presidente - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina - Tendo em vista o art. 46 do Estatuto da SPDM, o Conselho Fiscal reuniu-se nesta data, exa-

ministrativo da SPDM. **Ordem do Dia: Aprovação do relatório Anual da Administração e as Demonstrações Contábeis, compreendendo:** Balanço Patrimonial, Demonstrações do Superávit, Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido, Notas Explicativas e Relatório dos Auditores Independentes da Audisa Auditores Associados, relativos ao exercício encerrado em 31 de Dezembro de 2012 das Instituições Filiadas Hospital Vila Maria (HVM), Hospital Geral do Pirajussara (HGP), Hospital Estadual de Diadema (HED), Hospital de Salto (HS), Hospital de Clínicas Lúzia de Pinho Melo (HCLPM), Hospital Municipal Dr. José de Carvalho Florence de São José dos Campos (HMJCF), Hospital Municipal Pimentas Bonsucesso de Guarulhos (HMPB), Complexo Hospitalar Ouro Verde de Campinas (CHOV), o Hospital Municipal de Barueri Dr. Francisco Moran (HMBDFM), o Hospital Brigadeiro (HBRIG) e o Hospital e Maternidade Dr. Odolmo Leão Carneiro de Uberlândia (HMU), Hospital Nove de Abril de Juruti (JURUTI), Maternidade Municipal do Embu (EMBU), o Pronto Socorro Municipal da Vila Maria Baixa (PSMVB), os Núcleos de Gestão Assistenciais Várzea do Carmo (NGAVC) e Santa Cruz (NGASC), o Centro de Saúde 1 da Vila Mariana (CSVM), o Centro Estadual de Análises Clínicas (CEAC), o Centro de Carvalho Florence de São José dos Campos (HMJCF), Hospital Municipal Pimentas Bonsucesso de Guarulhos (HMPB), Complexo Hospitalar Ouro Verde de Campinas (CHOV), o Hospital Municipal de Barueri Dr. Francisco Moran (HMBDFM), o Hospital Brigadeiro (HBRIG) e o Hospital e Maternidade Dr. Odolmo Leão Carneiro de Uberlândia (HMU), Hospital Nove de Abril de Juruti (JURUTI), Maternidade Municipal do Embu (EMBU), o Pronto Socorro Municipal da Vila Maria Baixa (PSMVB), os Núcleos de Gestão Assistenciais Várzea do Carmo (NGAVC) e Santa Cruz (NGASC), o Centro de Saúde 1 da Vila Mariana (CSVM), o Centro Estadual de Análises Clínicas (CEAC), o Centro de Atenção Psicossocial de Itapeva (CAPS), Hospital da Microrregião Vila Maria e Vila Guilherme (HMR), o Ambulatório Médico de Especialidades (AME) de São José dos Campos (AMESJC), o AME Maria Zélia São Paulo (AME MZ), o AME de Taboão da Serra (AME TABOÃO), o AME Psiquiatria Vila Maria (AME VM) e o AME Mogi (AME MÍN) e o AME MÍN - Instituto de Diagnóstico e Referências Epidemiológicas (IDR) de São Paulo. O Relatório Anual da Administração e as Demonstrações Contábeis, compreendendo: Balanço Patrimonial, Demonstrações do Superávit, Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido, Notas Explicativas e Relatório dos Auditores Independentes da Audisa Auditores

tropical da área da saúde, a SPDM, em conformidade ao estabelecido no inciso II do artigo 4º da Lei 12.101 de 27 de Novembro de 2009, tem por obrigação ofertar à população carente sem distinção de etnia, sexo, credo ou religião, a prestação de todos os seus serviços aos clientes do SUS no percentual mínimo de sessenta por cento, e comprovar, anualmente, a prestação dos serviços de que trata o inciso II, com base no somatório das internações realizadas e dos atendimentos ambulatoriais prestados. As internações hospitalares e os atendimentos ambulatoriais prestados pela entidade deverão ser totalizados com base nos dados disponíveis e informados no Sistema de Informações Ambulatoriais (SIA), no Sistema de Informações Hospitalares (SIH) e na Comunicação de Informação Hospitalar e Ambulatorial (CIHA). Atualmente, a matriz da SPDM por ser esta a única unidade que tem convênio direto com o SUS, vem cumprindo o percentual estabelecido apesar de que as demais filiais atendem também em sua grande maioria exclusivamente ao SUS, porém não possuem convênio direto e sim contratos de gestão e convênios com Estados e Municípios como é o caso desta unidade. De acordo com o artigo 36 da mesma portaria, a entidade que tenha sob sua gestão outras entidades poderá incorporar nos seus serviços o limite de 10% (dez por cento) dos serviços prestados ao SUS pelos estabelecimentos a ela vinculados. Conforme artigo acima a SPDM tem sob sua gestão diversas Entidades, apresentou nesta unidade a seguinte produção:

Tipo de Atendimento	Total
Número de Consultas Ambulatório *	121.981
Número de Consultas PA	22.232
Hospital Dia / Cirurgia Ambulatorial	19,86
<b>SADT **</b>	<b>672.273</b>
Número de Internações	6.987
Pacientes-dia	4 4.313
Medicamentos Distribuídos	516.811

**9. Contribuições Sociais:** Por atender aos requisitos estabelecidos no artigo 29 da Lei 12.101 de 27/11/2009 e à portaria 1.970 de 16/08/2011 do Ministro da Saúde, a Instituição encontra-se certificada junto ao CE-BAS SAÚDE conforme processo nº 25000.055160/2010-05 fazendo jus ao direito de usufruir da isenção do pagamento da Cota Patronal das Contribuições Sociais. Os montantes das isenções usufruídas durante o ano exercício se encontram registrados em contas específicas de receitas e totalizam: a) A isenção da Contribuição Previdenciária Patronal sobre a folha de pagamento de empregados usufruída pela condição de filantrópica no ano exercício de 2012, a qual se encontra registrada em conta específica monta em R\$ 13.509.987,36 Em 2011 o referido valor que também se encontra registrado em conta específica de receita totalizou R\$ 10.066.546,59. b) A mesma isenção da Contribuição Previdenciária Patronal, agora sobre a folha de pagamento por Serviços de Terceiros, a qual se encontra registrada em conta específica de receitas, no exercício de 2012 atingiu um montante de R\$ 541.690,78. Em 2011 o referido valor que também se encontra registrado em conta específica de receita totalizou R\$ 510.462,56. c) Com relação à isenção da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) motivada pela isenção usufruída devido à filantropia, conforme classificação em conta específica o montante no exercício foi de R\$ 2.937.665,39. Tomando-se por base os recursos recebidos em 2011, esse montante foi de R\$ 1.568.771,61. **10. Ajuste a Valor Presente (Resolução do CFC nº 1.151/09 NBC TG 12):** Em cumprimento a Resolução 1.151/09 (NBC TG 12) e a Lei 11.638/07 a Entidade não efetuou o ajuste de valor presente das contas de Ativos e Passivos Circulantes (saldo de curto prazo), pois a sua Administração entendeu que tais fatos não representam efeitos relevantes. Ainda em atendimento as legislações supracitadas a Entidade deve efetuar o Ajuste Valor Presente (AVP) em todos os elementos integrantes do ativo e passivo, quando decorrentes de operações de longo prazo. O valor presente representa direito ou obrigação descontadas as taxas, possivelmente de mercado, implícitas em seu valor original, buscando-se registrar essas taxas como despesas ou receitas financeiras. A Administração entendeu que não foi necessário efetuar o Ajuste a Valor Presente, pois essas rubricas (elementos dos ativos e passivos não circulantes) não se enquadram nos critérios de aplicação e mensuração da Resolução 1.151/09, que aprova NBC TG 12, onde descreveremos a seguir as seguintes situações que devem ser atendidas para obrigatoriedade do cumprimento desta Norma: \* Todas as transações que dão origem aos ativos ou passivos, receitas ou despesas e, ainda, mutações do patrimônio líquido que tenham como contrapartida um ativo ou passivo com liquidação financeira (a pagar ou a receber) que possam data de realização diferente da data do seu reconhecimento; \* As operações que, em sua essência, representem uma saída de valores como financiamento, tendo como contrapartida clientes, empregados, fornecedor, entre outros. Essa situação deve-se ao fato de que o valor presente da operação pode ser inferior ao saldo devido o que, em caso de dúvida, deve ser regido pela resolução 1.187/09 que aprova NBC TG 30, que trata de receitas; e • Operações contratadas, ou até mesmo estimadas, que gerem ativos ou passivos devem ser reconhecidas por seu valor presente. **11. Seguros:** Para atender medidas preventivas adotadas permanentemente, a Entidade efetua contratação de seguros em valor considerado suficiente para cobertura de eventuais sinistros, e assim atendendo principalmente o Princípio de Contábil de Continuidade. Os valores segurados são definidos pelos Administradores da Entidade em função do valor de mercado ou do valor do bem novo, conforme o caso. **12. Exercício Social:** Conforme estabelece o art. 56 do Estatuto Social da Instituição, o exercício social coincide com o ano civil, iniciando-se em 1º de janeiro e encerrando-se em 31 de dezembro de cada ano. **13. Trabalho Voluntário:** Conforme Resolução CFC nº 1.409/12 que aprovou a ITG 2002 item 19, a Entidade reconhece pelo valor justo a prestação do serviço não remunerado do voluntariado, que é composto essencialmente por pessoas que dedicam o seu tempo e talento uma importante participação em várias ações realizadas pela entidade. O custo desse serviço em 2012 rateado entre as filiais da SPDM corresponde para esta unidade em R\$ 12.160,74.

**Prof. Dr. Rubens Belfort Mattos Jr. - Presidente da S.P.D.M.**  
**Dr. Otávio Monteiro Becker Junior - Diretor Técnico**  
**Rute Aparecida Ferreira - Contadora CRC-ISP 152218/O-0**

tro de Atenção Psicossocial de Itapeva (CAPS), Hospital da Microrregião Vila Maria e Vila Guilherme (HMR), o Ambulatório Médico de Especialidades (AME) de São José dos Campos (AMESJC), o AME Maria Zélia São Paulo (AME MZ), o AME de Taboão da Serra (AME TABOÃO), o AME Psiquiatria Vila Maria (AME VM) e o AME Mogi (AME MOGI) de Mogi das Cruzes, o Projeto Rede - Projeto de Inclusão Educacional e Social (REDE), o Centro de Reabilitação Lucy Montoro de S. J. Campos (CRLMS-JC), Policlínicas Municipais de Barueri (POLICLINICAS), além dos Programas de Atenção Integral à Saúde (PAIS-SP) desenvolvidos junto às diversas Prefeituras no Estado de São Paulo, dos quais são parte o PAIS Território Aricanduva/Sapopemba/São Mateus e o PAIS P.A. São Mateus/P.S.M. Dr. Augusto de Mattos, o PAIS de Americana e ainda, o Programa de Atenção Integral à Saúde do Rio de Janeiro, UPA João XXIII - Unidade de Pronto Atendimento A.P. 5.3, PAIS A.P. 3.2, UPA Engenho de Dentro A.P. 3.2., Programa de Atenção Integral a Saúde SAMU Santa Catarina (SAMU). Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a reunião. Thiatiane Paixão Alves - Secretária, Prof. Dr. Rubens Belfort Mattos Jr. - Presidente.

MOGI) de Mogi das Cruzes, o Projeto Rede - Projeto de Inclusão Educacional e Social (REDE), o Centro de Reabilitação Lucy Montoro de S. J. Campos (CRLMSJC), Policlínicas Municipais de Barueri (POLICLINICAS), além dos Programas de Atenção Integral à Saúde (PAIS-SP) desenvolvidos junto às diversas Prefeituras no Estado de São Paulo, dos quais são parte o PAIS Território Aricanduva/Sapopemba/São Mateus e o PAIS P.A. São Mateus/P.S.M. Dr. Augusto de Mattos, o PAIS de Americana e ainda, o Programa de Atenção Integral à Saúde do Rio de Janeiro, UPA João XXIII - Unidade de Pronto Atendimento A.P. 5.3, PAIS A.P. 3.2, UPA Engenho de Dentro A.P. 3.2., Programa de Atenção Integral a Saúde SAMU Santa Catarina (SAMU). Com base nas análises efetuadas, considerando o Relatório dos Auditores Independentes e acatando suas observações, esta Assembleia opinou favoravelmente à aprovação dos referidos documentos. São Paulo, 25.04.2013. Prof. Dr. Rubens Belfort Mattos Jr. - Presidente.



(HGP), Hospital Estadual de Diadema (HED), Hospital de Salto (HS), Hospital de Clínicas Luiza de Pinho Melo (HCLPM), Hospital Municipal Dr. José de Carvalho Florença de São José dos Campos (HMFJ), Hospital Municipal Pimentas Bonussociedade de Guarulhos (HMPB), Complexo Hospitalar Ouro Verde Campinas (CHOV), Hospital Municipal de Barueri Dr. Francisco Moran (HMBDFM), o Hospital Brigadeiro (HBRIG) e o Hospital e Maternidade Dr. Odélio Leão Carneiro de Uberlândia (HMU), Hospital Nove de Abril de Juruti (JU-RTJ), Maternidade Municipal do Embu (EMBU), o Pronto Socorro Municipal da Vila Maria Baixa (PSMVB), os Núcleos de Gestão Assistencial Várzea do Carmo (NGAVC) e Santa Cruz (NGASC), o Cen-

tro de Saúde 1 da Vila Mariana (CSVM), o Centro Estadual de Análises Clínicas (CEAC), o Centro de Atenção Psicossocial de Itapeva (CAPS), Hospital da Microregião Vila Maria e Vila Guilherme (HMR), o Ambulatório Médico de Especialidades (AME) de São José dos Campos (AME/SJC) e o AME Maria Zélia São Paulo (AME/MZ) e o AME de Taboão da Serra (AME TABOÃO), o AME Psiquiatria Vila Maria (AME VM) e o AME Mogi (AME MOGI) de Mogi das Cruzes, o Projeto Rede - Projeto de Inclusão Educacional e Social (REDE), o Centro de Reabilitação Lucy Monteiro de S. J. Campos (CRLMSJC), Políclinicas Municipais de Barueri (POLICLINICAS), além dos Programas de Controle Interno e Saúde (PAIS-SP) desenvolvidos junto às diversas Prefeituras no Esta-

do de São Paulo, dos quais são parte o PAIS Território Aricanduva/Sapopemba/São Mateus e o PAIS P.A. São Mateus/P.S.M. Dr. Augusto de Mattos, o PAIS de Americana e ainda, o Programa de Atenção Integral à Saúde do Rio de Janeiro, UPA João XXIII - Unidade de Pronto Atendimento A.P. 5.3, PAIS A.P. 3.2, UPA Enemho de Dentre A.P. 3.3, Programa de Atenção Integral à Saúde SAMU Santa Catarina (SAMU). Com base nas análises efetuadas, considerando o Relatório dos Auditores Independentes e acatando suas observações, este Conselho aprova as demonstrações contábeis apresentadas, SP, 23.04.2013. Prof. Dr. Artur de Azevedo Moran, Prof. Dr. Cláudio R. Nakata, Pios Dr. José Cascio do Nascimento Pitta, Prof. Dr. Henrique Lederman.

**Relatório dos Auditores Independentes.** A Diretoria, 1) Examinamos as demonstrações contábeis da SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina - Hospital Brigadeiro, que compreende o Balanço Patrimonial em 31 de dezembro de 2012, e as respectivas Demonstrações do Resultado do Período, das Mutações do Patrimônio Líquido e dos Fluxos de Caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas; 2) Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis: A administração da Associação é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro; 3) Responsabilidade dos auditores independentes: Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as de-

monstrações contábeis estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. 4) Opinião sobre as demonstrações contábeis: Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da SPDM - Associação Paul-

ista para o Desenvolvimento da Medicina - Hospital Brigadeiro em 31 de dezembro de 2012, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. 5) Outros assuntos: Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior: Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011, apresentados para fins de comparação, foram auditados por nós auditores de acordo com as normas de auditoria vigentes por ocasião da emissão do relatório em 30 de março de 2012, que não conteve modificação. Demonstração do valor adicionado: Examinamos também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31.12.2012, como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e em nossa opinião, está adequadamente apresentada em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis, tomadas em conjunto. São Paulo - SP, 01 de abril de 2013. Audisa Auditores Associados - CRC/SP 25P 054298/O-3. Carmo Antônio Marino - Contador - CT-CRC: 1SP 053.295/O-4. Alexandre Chiaratti do Nascimento - Contador - CRC/SP 187.003/O-0 - CNAI - SP - 1620.

**Azul Linhas Aéreas Brasileiras S.A.**

CNPJ/MF nº 09.296.295/0001-60 - NIRE 35.3.0035953-4

**Extrato da Ata da Assembleia Geral Extraordinária em 21/01/2013**

Presidente: Sr. David Gary Nellemann; (iv) propor as promoções e o comandante; (v) planejar e coordenar todos os procedimentos necessários para a regularização das novas rotas; (vi) restringir ou mesmo suspender as operações da Cia., conforme requerido e de acordo com o especificado no RBHA 121; (vii) elaborar e aprovar o Plano de Manutenção, o Manual de Manutenção e as Normas e Procedimentos de Manutenção; (viii) providenciar a manutenção de aeronaves, motores, hélices, partes, equipamentos e componentes utilizados pela Cia.; e (ix) executar os trabalhos de Controle Técnico de Manutenção. Art. 11 - Os Diretores serão eleitos para um mandato de 03 anos, podendo ser reeleitos. Art. 12 - Ocorrendo vacância, por qualquer motivo, de qualquer cargo na Diretoria, o respectivo substituto será escolhido pela Assembleia Geral em reunião a ser realizada no prazo máximo de 30 dias após a ocorrência da vacância. § Único - O Diretor Presidente, isoladamente, ou (b) a qualquer dos Diretores em conjunto, ou (c) a qualquer procurador com poderes especiais, nomeado na forma do Art. 16. § Único - A Cia. pode, nas assembleias gerais ou reuniões de sócios de sociedade por ela controlada, bem como em atos decorrentes do exercício de poderes constantes de procuração "ad judicia" e perante órgãos de qualquer esfera de governo, ser representada por um único Diretor ou procurador. Art. 16 - As procurações serão sempre outorgadas em nome da Cia. (a) pelo Diretor Presidente; ou (b) por quaisquer 02 Diretores em conjunto; especificarão os poderes conferidos e, com exceção daquelas para fins judiciais, terão um período de validade limitado ao máximo de 01 ano, observados os limites estipulados para fins de representação da Cia. pelo presente Estatuto autorizadas pela Assembleia Geral. Cap. V - Conselho Fiscal - Art. 19 - A Cia. terá um Conselho Fiscal, não permanente, composto por 03 membros, acionistas ou não, eleitos pela Assembleia Geral que deliberar sua instalação e que fixará sua remuneração, respeitados os limites legais, sendo certo que qualquer acionista poderá, a qualquer tempo, recorrer a instalação do Conselho Fiscal da Cia. Quando de seu funcionamento, o Conselho Fiscal terá as atribuições e os poderes conferidos por lei. Cap. VI - Exercício Social, Balanço e Lucros - Art. 20 - O exercício social tem início em 1º de janeiro e termina em 31 de dezembro de cada ano. Ao final de cada exercício social deverá ser preparado um balanço geral, bem como as demais demonstrações financeiras, observadas as disposições legais vigentes e as disposições deste Artigo § 1º - A Cia. distribuirá, como dividendos obrigatórios, o montante de 0,1% do lucro líquido do exercício, apurado na forma da lei. § 2º - É facultado à Diretoria determinar o levantamento de balanços em períodos menores, inclusive mensais, para fins de distribuição de dividendos intermediários ou intercalares que, quando distribuídos, poderão ser imputados ao dividendo mínimo obrigatório. Art. 21 - A Cia. poderá pagar, aos seus acionistas, mediante aprovação da Assembleia Geral, juros sobre capital próprio, os quais poderão ser imputados ao dividendo mínimo obrigatório. Cap. VII - Disposições Gerais - Art. 22 - A Cia. deverá observar os acordos de acionistas arquivados em sua sede, devendo a Diretoria abster-se de qualquer transação de ações, e o presidente da Assembleia Geral e o presidente da reunião da Diretoria abster-se de computar votos contários aos acordos de acionistas. Cap. VIII - Alteração e Dissolução - Art. 23 - A Cia. será liquidada nos casos previstos em lei, sendo a Assembleia Geral o órgão competente para determinar a forma de liquidação e nomear o liquidante e o Conselho Fiscal que deverá funcionar no período de liquidação.

**EPS - Empresa Paulista de Serviços S/A**

C.N.P.J nº 09.296.295/0001-60

**Relatório da Diretoria**

Senhores Acionistas: Atendendo as disposições legais e estatutárias, submetemos a apreciação de V.Sas, o Balanço Patrimonial encerrado em 31 de dezembro de 2012 e a Demonstração do Resultado do exercício de 2012. São Paulo, 08 de Maio de 2013		A Diretoria	
Balanço Patrimonial Encerrado em 31.12.2012		Demonstração dos Fluxos de Caixa Encerrado em 31.12.2012	
	31.12.2012	31.12.2011	31.12.2012
<b>ATIVO</b>	<b>14.832.993,63</b>	<b>12.430.520,16</b>	<b>Atividades Operacionais</b>
Banco	1.749.983,31	6.112.497,59	Lucro Líquido
Duplicatas a Receber	8.482.141,99	8.533.996,13	Ajustes por:
Almozarado	2.062.246,50	555.205,14	Depreciação
Impostos a Recuperar	3.981.600,92	2.550.790,11	Lucro Ajustado
Adiantamentos	17.039,91	178.031,19	Variação nas Contas de:
Ativo não Circulante	78.160.171,43	65.856.283,55	Duplicata a Receber
Depósitos Judiciais	1.223.649,66	811.181,46	Aumento nos Impostos a Recuperar
Investimentos	356.917,67	359.917,67	Aumento das Despesas Antecipadas
Imobilizado	7.335.986,12	4.333.773,31	Aumento Impostos a Pagar
(-) Depreciações	2.564.991,70	-	Aumento do Estoque
<b>Total do Ativo</b>	<b>21.184.555,38</b>	<b>17.932.392,60</b>	Aumento na Conta de Fornecedores
			Aumento de Obrigações Trabalhistas
			<b>Caixa Gerado das</b>
			<b>Atividades Operacionais</b>
			<b>Atividades de Investimentos</b>
			Compra de Ativo Imobilizado
			Aumento Depósitos Judiciais
			<b>Caixa Líquido das Atividades de Invest. (1.217.132,53) (1.113.529,68)</b>
			<b>Atividades de Financiamento</b>
			Empréstimos a Longo Prazo
			Empréstimos Bancários
			Dividendos Pagos
			<b>Caixa Líquido das Atividades de Financ. (1.286.437,24) 1.675.771,20</b>
			<b>Aumento Líquido das Disponibilidades</b>
			Caixa Gerado no Período
			Saldos Atuariais de Banco
			<b>Saldo Atual de Caixa</b>
			<b>1.749.983,31 612.497,59</b>
			<b>Franklin Kuperman - Diretor Presidente</b>
			<b>Selma Guarinon Kuperman - Diretora Adjunta</b>
			<b>Walter Rolando Pigatti</b>
			<b>Contador CRC ISP 079145/O-8 - CPF 524.647.688-04</b>